

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL N° 040**

Período: de 06/07/02 a 12/07/02

Franca – Brasil

- 1 – Decisão de procurador geral da República por não-intervenção no Estado do Espírito Santo desencadeia crise política no governo
- 2 – Governo publica decreto que oficializa força-tarefa no Rio de Janeiro
- 3 – Exército passa por grave crise financeira
- 4 - Estados Unidos alertam governo brasileiro sobre ameaça das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)
- 5 - Governo brasileiro faz nova rodada de negociações para definir vencedor da licitação para compra de caças
- 6 - Armadas de uso exclusivo das Forças Armadas são encontradas em depósito clandestino

Decisão de procurador geral da República por não-intervenção no Estado do Espírito Santo desencadeia crise política no governo

A decisão do procurador-geral da República Geraldo Brindeiro, de arquivar o pedido de intervenção federal no Estado do Espírito Santo, provocou uma crise política no governo, arranhando a credibilidade da política de direitos humanos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Estado tem sido alvo de denúncias e investigações sobre a ação do crime organizado e de esquadrões da morte, desencadeando o pedido de intervenção por parte de órgãos ligados aos Direitos Humanos, o então Ministro da Justiça, Miguel Reale Jr. O pedido foi aprovado na semana passada por unanimidade no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão do Ministério da Justiça. O procurador-geral Brindeiro participou da reunião em que o pedido de intervenção foi aprovado, quando definiu juntamente com o então Ministro da Justiça, Miguel Reale Jr. os termos da declaração conjunta pedindo a intervenção no Estado. Após reunião na segunda-feira (8) com o Presidente Fernando Henrique, Brindeiro, porém, mudou de idéia, decidindo-se pelo arquivamento do pedido. Miguel Reale Jr. sentiu-se desautorizado pelo Presidente, pedindo demissão em seguida, gerando uma crise política no governo. O arquivamento provocou uma onda de críticas e protestos por parte de entidades ligadas aos direitos humanos. Em nota oficial, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados afirmou que o arquivamento é uma “traição à política de Estado de Direitos Humanos no Brasil e do próprio estado de direito democrático”. Nesta terça-feira (9), o governador do Espírito Santo, José Ignácio Ferreira, afirmou que convidará membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Anistia Internacional (AI) para visitar o Estado a fim de comprovar que a situação de violência não é grave. José Ignácio negou que haja uma grave crise local motivada pelo crime organizado e pelo desrespeito aos direitos humanos. Ele propôs, ainda, na quarta-feira (10), após encontro com Brindeiro, que vai conversar com Fernando Henrique e com o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional general Alberto Cardoso, para tratar da criação de uma força-tarefa para atuar no combate ao crime organizado no Estado. A Anistia Internacional (AI) divulgou no dia 5 uma nota apoiando a intervenção. Segundo o porta-voz da AI, Tim Cahhil, a medida é histórica e “um passo crucial” para a batalha contra o crime organizado, a

violação dos direitos humanos e a impunidade no Brasil. O presidente Fernando Henrique Cardoso propôs ontem (11) à Comissão de Direitos Humanos da Câmara uma alternativa à decretação da intervenção federal para combater a corrupção e o crime organizado no Espírito Santo. De acordo com o presidente da Comissão, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), o presidente se dispõe a apoiar uma comissão especial que se encarregaria de adotar medidas emergenciais contra a criminalidade no Estado. Participarão desse trabalho, além de órgãos do Ministério da Justiça, integrantes da Comissão da Câmara e do Fórum Nacional dos Direitos Humanos. O presidente sugeriu medidas como assegurar proteção às testemunhas ameaçadas pelo crime organizado, prover a Polícia Federal dos recursos suficientes para atuar no Estado e fortalecer a atuação da força-tarefa. Ao contrário do que ocorre no Rio de Janeiro, as polícias civil e militar não participarão da força, suspeitas de envolvimento com o crime organizado. Nesta reunião, Fernando Henrique convenceu Fantazzini a não recorrer a organismos internacionais ligados à ONU para denunciar a falta de empenho no combate à violência no Espírito Santo. Segundo Fantazzini, Fernando Henrique explicou-lhe que não tinha poder de decretar sozinho a intervenção federal e que, pela Constituição, cabia exclusivamente ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, encaminhar o pedido de intervenção ao Supremo Tribunal Federal (STF). Fantazzini tentou, em vão, uma audiência com Brindeiro visando a revisão da decisão. Brindeiro afirmou que não irá rever a decisão, afirmando que a solução para o caso é a criação de uma força-tarefa como no Rio de Janeiro, e que havia avisado ao ex-ministro da Justiça, Miguel Reale Jr, e aos integrantes do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, partidários da intervenção, da sua decisão. Em entrevista, afirmou ainda que a decisão da revisão do arquivamento é de responsabilidade exclusiva do Presidente da República. O arquivamento causou danos na composição do (CDDPH), formado por 16 entidades e órgãos públicos. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e duas Organizações Não-Governamentais (ONGs) , anunciaram a renúncia dos representantes do Conselho. (Jornal do Brasil – Brasil – 06/07/02; O Estado de S.Paulo – Nacional – 06/07/02; O Globo – Plantão – 06/07/02; O Globo – O país – 06/07/02; Folha de S.Paulo – Brasil – 09/07/02; Folha de S.Paulo – Brasil – 10/07/02; O Globo – O país – 10/07/02; Correio Braziliense – 11/07/02; O Globo – O país 11/07/01; O Estado de S.Paulo – Nacional – 12/07; Correio Braziliense – 12/07/02; O Globo – O país – 12/07/02; O Estado de S.Paulo – Nacional 12/07/02)

#### Governo publica decreto que oficializa força-tarefa no Rio de Janeiro

O Diário Oficial publica hoje (10) decreto que institui, oficialmente, a força-tarefa no âmbito do Ministro da Justiça. Segundo o decreto, a força-tarefa tem como objetivo o patrulhamento naval da Baía de Guanabara, patrulhamento de estradas de acesso ao Estado do Rio de Janeiro e controle da entrada de contêineres em portos, aeroportos e postos de fronteira. Participam da ação as forças da Marinha, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal. O policiamento da Baía de Guanabara é considerado ponto chave no combate ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro e foi incluído pela força-tarefa nos dez pontos considerados fundamentais na repressão ao crime organizado. Os serviços de inteligência da Polícia Federal,

da Marinha, do Exército e da Secretaria de Segurança Pública do Rio recebem todos os meses denúncias do uso de embarcações no transporte de drogas, armas e munição. O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Roberto Aguiar, afirmou que a saída de Miguel Reale Jr. Do Ministério da Justiça não deve interferir na atuação da força-tarefa, defendendo a necessidade da continuidade do trabalho para o combate ao narcotráfico. Entre as medidas encampadas pelo Ministério da Justiça para uma ação eficaz, está a liberação de recursos para as melhorias do sistema penal; o patrulhamento da costa fluminense pela Marinha e do espaço aéreo pela Aeronáutica, além do rastreamento de armas ilegais e repasse de informações para a elaboração de cadastro e controle. (O Globo – Rio – 06/07/02; Folha de S.Paulo – Cotidiano – 09/07/02; Jornal do Brasil – 10/07/02; Jornal do Brasil – Rio – 11/07/02; O Globo – Rio – 11/07/02)

#### Exército passa por grave crise financeira

Numa reunião na semana passada, o Alto Comando do Exército aprovou medidas de emergência de corte de despesas conseqüentes da redução no Orçamento do Ministério da Defesa; estas medidas serão enviadas pelo Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Em nota divulgada ontem (11), o Exército tornou pública as medidas, dentre as quais o adiamento por dois meses a incorporação de 18 mil recrutas do serviço militar obrigatório, a redução de um ano para quatro meses o tempo de prestação do serviço militar, bem como a dispensa antecipada de 44 mil recrutas. Caso a limitação orçamentária continue, o Comando do Exército estuda medidas ainda mais duras, como a desativação de unidades. Na nota, o Exército alerta para o risco das restrições que estão sendo tomadas, que “poderão acarretar, caso persistam no tempo, reflexos negativos no profissionalismo e na auto-estima dos integrantes da instituição, podendo comprometer a eficiência operacional da força, com influência no âmbito continental, tendo em vista a dimensão geoestratégica do Brasil”. Recrutas que se alistaram no Exército brasileiro reclamam das más condições de vida em decorrência dos baixos soldos pagos pelo Exército. O soldo, no valor de cerca de R\$ 153,00, tem diminuído ainda mais devido aos vários descontos, como, por exemplo, prestação de serviços de lavanderia e uniformes fornecidos aos recrutas. Além disso, benefícios como ajuda de custo para transporte também estão com o seu pagamento em situação irregular. Tropas consideradas de elite também estão sendo afetadas: o Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), referência nacional entre os quartéis por abrigar os militares que prestam segurança aos Palácios do Planalto, Alvorada e Jaburu, residências oficiais do presidente e vice-presidente da República. É de lá que saem os imponentes Dragões da Independência, que enfeitam a rampa do Palácio do Planalto durante solenidades. Os recrutas receberam a informação de que o Exército instituiria uma espécie de “meio-turno”, como forma de reduzir os gastos. Pelo novo sistema, permaneceriam apenas uma parte da semana nos quartéis, em sistema de revezamento. (Jornal do Brasil – Brasil - 07/07/02; 12/07/02; O Globo – O país – 12/07/02; Correio Braziliense – Últimas – 12/07/02; O Estado de S.Paulo – Nacional – 12/07/02)

### Estados Unidos alertam governo brasileiro sobre ameaça das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)

Os Estados Unidos disseram terça (09) a governos sul-americanos, inclusive ao brasileiro, que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) poderia levar “o tráfico de drogas e o terrorismo” a outros países da região. O secretário-adjunto do Departamento de Estado norte-americano para a América Latina, Otto Reich, disse que o conflito na Colômbia “é uma ameaça a todo continente”. Reich esteve na segunda e terça-feira (8 e 9) em Brasília discutindo o conflito colombiano com autoridades do governo brasileiro. O Brasil serve como rota principal para traficantes, que utilizam o país para enviar sua mercadoria aos EUA e à Europa. (O Estado de S.Paulo – Mundo – 09/07/02)

### Governo brasileiro faz nova rodada de negociações para definir vencedor da licitação para compra de caças

Depois de uma nova rodada de negociações com os concorrentes da licitação para a compra de caças para a Força Aérea Brasileira (FAB), acompanhada por dois técnicos do Ministério da Indústria Desenvolvimento e Comércio Exterior, o Comando da Aeronáutica espera apenas um parecer do Ministro Sérgio Amaral para dar prosseguimento ao Programa F-X – a concorrência internacional no valor de US\$ 700 milhões para a compra de no mínimo 12 caças para a Força Aérea Brasileira (FAB). A interferência do ministro do Desenvolvimento retardou a escolha do futuro avião de combate da FAB em mais de um mês. A decisão seria tomada em meados do mês passado pelo Conselho de Segurança Nacional. Cada concorrente do Programa FX teve dois dias para reapresentar sua proposta, e as perguntas dirigidas aos concorrentes mostram que o enfoque agora é comercial. O jornal *O Correio Braziliense* publicou uma matéria detalhando a proposta de cada um dos cinco consórcios participantes da licitação. (Correio Braziliense – Brasil – 10/07/02)

### Armadas de uso exclusivo das Forças Armadas são encontradas em depósito clandestino

A Polícia Militar invadiu na noite de quarta-feira (10) um depósito de armadas e munições que funcionava em uma casa na cidade de Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais). O arsenal – parte dele importado ou de uso exclusivo das Forças Armadas – foi apreendido a partir de denúncias de moradores do local. O armamento estava na casa do Comerciante José Inácio Babosa de Santana; de acordo com os policiais, grande parte do arsenal, inclusive as armas de uso exclusivo das Forças Armadas, é antigo e impróprio para uso. A polícia suspeita que o comerciante seja fornecedor de quadrilhas que atuam na região. (Correio Braziliense – Brasil – 12/07/02)

**Errata:** No **Informe Brasil** da semana passada, onde está grafado “**Informe Brasil nº 040**”, a grafia correta é “**Informe Brasil 039**”.

Sites de Referência:

Correio Braziliense: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de São Paulo: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

O Globo: [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**Informe Brasil** é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godói, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari, bolsista CAPES. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.